**PROPOSTAS DAS CENTRAIS PARA**

**GERAÇÃO DE EMPREGO E PROTEÇÃO AO DESEMPREGADO[[1]](#footnote-1)**

Novembro de 2019

Os dados recentes sobre precarização do trabalho, aumento da pobreza e da desigualdade social nos colocam diante da urgência de construção de alternativas para a geração de emprego e proteção aos desempregados. A atual política econômica de redução do papel do Estado e transferência dos recursos públicos para o sistema financeiro caminha na contramão do reaquecimento da economia e da geração de empregos de qualidade.

Com o objetivo de contribuir com o debate sobre a geração de emprego e renda em caráter emergencial, mas também, em bases sólidas, para um desenvolvimento com justiça social, propomos:

1. **AMPLIAÇÃO DO EMPREGO DE QUALIDADE**
* **Programa de Inclusão Produtiva**
* Abertura de vagas de emprego por tempo determinado, mantidas pelo poder público ou pela iniciativa privada, sob condições determinadas, com garantia dos direitos, interligada com a intermediação da mão de obra, visando atender a um público de trabalhadoras e trabalhadores desempregados, com compromisso de participação em programas de qualificação profissional.
* **Retoma das obras públicas paradas**
* Liberação imediata dos recursos já previstos no orçamento para retomada das obras paradas.
* **Retomada da política de desenvolvimento da agricultura familiar**
* Retomada dos programas de fomento à agricultura familiar, ampliando recursos e criando condições adequadas de acesso aos programas de crédito, assistência técnica e comercialização.
* **Reforçar a política de apoio à economia solidaria e colaborativa**
* Retomada dos programas de apoio à economia solidária e popular, ampliando recursos e facilitando o acesso aos programas de crédito e microcrédito, assistência técnica, aos sistemas de inovação tecnológica, comercialização, com especial atenção à população de baixa renda;
* Implantação de políticas nacionais e regionais de desenvolvimento e incentivo a atividades produtivas integradas à realidade local, visando à geração de emprego e renda nos territórios;
* Incentivo à inclusão bancária, com capilaridade, taxas de juros e garantias compatíveis com as condições dos trabalhadores/as.
* **Ampliação da qualidade do emprego com redução da informalidade**
* Ampliar a fiscalização para reduzir o número de trabalhadores e trabalhadoras sem carteira de trabalho assinada;
* Reforçar medidas para promover a formalização dos pequenos empreendimentos, nas bases da economia solidaria.
* **Promoção de direitos para os trabalhadores de aplicativos**
* Buscar, por meio de legislações nacionais, estaduais e municipais, promover e ampliar os direitos trabalhistas e previdenciários desses trabalhadores, assim como estabelecer a regulamentação e o funcionamento dos aplicativos.
* **Reformular e ampliar a política de aprendizagem para jovens**
* Garantir apoio financeiro, combinado com formação profissional (adequada às transformações produtivas em curso no Brasil e no mundo), para que os jovens possam continuar estudando e seja reduzida a participação da faixa etária de 16 a 24 anos no mercado de trabalho e nas taxas de desemprego, de maneira a evitar a evasão escolar e/ou a distorção idade/série;
* Considerar as especificidades da juventude brasileira para a elaboração de políticas públicas que dialoguem com as realidades vivenciadas pelos diversos segmentos (jovens no campo, jovens negros etc.) - propostas de qualificação, EJA e trabalho que alcancem essa população e tenham efetividade social, com a garantia dos direitos trabalhistas.
* **Redução da jornada de trabalho**
* Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário, com controle de horas extras e do banco de horas.
* **Política de valorização do Salário Mínimo**
* Renovar, para o próximo quadriênio (2020 a 2023), a política de valorização do salário mínimo.
1. **PROTEÇÃO AO DESEMPREGADO**
* **Ampliação das parcelas do seguro-desemprego**
* Aqueles que recebem 3 parcelas receberiam 5 parcelas; os que recebem 4 parcelas receberiam 6 parcelas e os que recebem 5 parcelas, receberiam 7 parcelas.
* **Políticas de amparo aos desempregados**
* Garantir vale transporte gratuito ao desempregado;
* Reduzir as taxas de serviços públicos e gás de cozinha;
* Garantir formação profissional gratuita ao desempregado levando em conta: (1) as mudanças nos sistemas produtivos em curso devido às inovações tecnológicas; (2) garantir a oferta de formação continuada ao longo da vida dos trabalhadores e trabalhadoras; (3) considerar as especificidades do mercado de trabalho local e as demandas dos setores de atividade econômicas locais.
* **Reformular o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**
* Reestruturar, fortalecer e ampliar a capilaridade do Sistema Público de Emprego, voltado para a proteção do emprego e o combate à demissão imotivada; integrando os territórios; articulando e ampliando a proteção aos desempregados, a política de intermediação de mão de obra, os programas de formação e orientação profissional; e o microcrédito produtivo;
* Garantir no desenho das políticas as dimensões: geracional, de raça e gênero.
1. **POLÍTICA DE EMERGÊNCIA SOCIAL**
* **Políticas para redução do preço dos alimentos e garantia de acesso**
* Potencializar a política nacional de abastecimento, por meio da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), proporcionando a redução dos preços dos itens da cesta básica e melhorando o acesso aos demais alimentos, com preços mais acessíveis e consequente impactos positivos para a segurança alimentar das famílias mais pobres.
* **Política de apoio às famílias em momento de crise econômica**
* Toda vez que o desemprego estiver acima dos dois dígitos e/ou o número de trabalhadores subutilizados ultrapassar a casa dos 20% da força de trabalho, as políticas abaixo devem ser implementadas:
* Controle de preços dos produtos da cesta básica;
* Controle do preço do gás de cozinha;
* Controle do preço da passagem de transporte coletivo;
* Redução dos impostos sobre os serviços públicos (água, saneamento e luz) para as famílias que tiverem um ou mais responsáveis desempregados;
* Isenção do IPTU para as famílias que tiverem um ou mais responsáveis desempregados;
* Fortalecer e ampliar as políticas sociais de combate à pobreza, miséria e redução da desigualdade social e de renda.
1. Essas propostas foram selecionadas da Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora 2019 e do documento produzido pelas Centrais Sindicais em 2018, “Programa de geração de emprego, renda e de estímulo ao crescimento econômico e social – propostas para o curto prazo”. [↑](#footnote-ref-1)